

UMA ANÁLISE CONCEITUAL E O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CURSO TÉCNICO EM EVENTOS

A conceptual analysis and the role of The Federal Institute of Brasília in promoting integral education in the Events Technical Course

Daianne Maria Barbosa da Silva¹
Juliana Rocha de Faria Silva²
Carolina Tavares da Silva³

Resumo: O artigo aborda os conceitos norteadores de educação integral, que busca o desenvolvimento completo dos indivíduos, fazendo-se uma diferenciação com a educação em tempo integral, sendo que a primeira conceituação transcende a mera extensão do tempo escolar, promovendo uma abordagem mais completa e humanizadora para o desenvolvimento dos estudantes. Partindo-se dessa abordagem educacional, ressalta-se a importância dos Institutos Federais (IFs) na promoção de uma educação/formação integral, humana e cidadã. A exemplo dessa prática dos IFs, é realizada uma análise do Plano Pedagógico de Curso (PPC) de Eventos, integrado ao ensino médio, ofertado pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Brasília*, que possui uma abordagem pedagógica inovadora na promoção da formação integral do estudante, integrando áreas de conhecimento. Neste trabalho utilizou-se a revisão bibliográfica e documental e realização de entrevista. Diante do exposto, o PPC do IFB, *Campus Brasília*, evidencia de maneira explícita o comprometimento da instituição com a transformação social por meio da formação humana integral.

Palavras-chave: educação integral; educação em tempo integral; formação humana integral; institutos federais; ensino médio integrado.

Abstract: *The article addresses the guiding concepts of integral education, which seeks the holistic development of individuals, distinguishing it from full-time education. The former transcends the mere extension of school hours, promoting a more comprehensive and humanizing approach to student development. Based on this educational approach, the importance of Federal*

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do IFB, Campus Brasília. E-mail: daianne.maria@edu.se.df.gov.br

² Doutora em Ciência da Informação pela UnB. Docente no IFB. E-mail: juliana.silva@ifb.edu.br

³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do IFB, Campus Brasília. E-mail: carolina61662@estudante.ifb.edu.br

Institutes (IFs) in fostering integral, human, and civic education is emphasized. As an example of this practice within the IFs, an analysis is conducted of the Pedagogical Course Plan (PPC) for the Events program, integrated with secondary education, offered by the Federal Institute of Brasília (IFB), Brasília Campus. This program features an innovative pedagogical approach to promoting students' holistic education by integrating knowledge areas. This study employed bibliographic and documentary reviews and conducted interviews. Based on the findings, the PPC of the IFB Brasília Campus explicitly demonstrates the institution's commitment to social transformation through integral human education.

Keywords: *integral education; full-time education; integral human formation; federal institutes; integrated secondary education.*

Introdução

A concepção da Educação Integral abrange uma visão ampliada do processo educativo, considerando o desenvolvimento integral dos indivíduos em suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e culturais. Nesse contexto, autores como Antunes e Padilha (2010) ressaltam que, além de preparar para o desempenho de seu trabalho, a Educação Integral também tem por objetivo uma formação que permita

viver com autonomia, em busca permanente de sua realização pessoal e profissional, mas, sobretudo, almeja a formação de seres humanos que promovem o bem-viver, a justiça social e a vida sustentável para todos. Seres humanos comprometidos com a felicidade pessoal e coletiva, com respeito aos direitos humanos e a todas as formas de vida. Pessoas que, no seu processo de humanização, tenham acesso a um repertório sociocultural que as prepare mais plenamente para o diálogo com o outro, para ensinar e aprender com o outro, para conviver com a diferença de forma democrática, enriquecedora, solidária e emancipadora (Antunes; Padilha, 2010, p. 24).

Em complemento a este conceito, em um contexto de uma perspectiva educacional crítica e emancipadora, a educação integral se revela como um conjunto amplo de atividades diversificadas que são integradas ao currículo escolar, proporcionando uma formação mais completa para os indivíduos (Coelho; Hora, 2013). Porém, quando o termo “Educação Integral” começou a ser difundido como prioridade no conjunto das políticas públicas educacionais, rapidamente foi associado ao contexto da escola de tempo integral. No entanto, é fundamental ressaltar que a Educação Integral não deve ser confundida com a educação em tempo integral, uma vez que esta última enfatiza a ampliação da carga horária escolar sem necessariamente garantir a formação humanizadora. Além disso, a compreensão equivocada desta distinção pode gerar políticas educacionais que priorizam a permanência dos estudantes na escola sem assegurar um currículo que contemple efetivamente a formação integral, limitando o desenvolvimento pleno do sujeito.

Como exemplo dessa associação, temos a meta número 6 (seis) estabelecida no Plano Nacional da Educação (PNE) (2014–2024), de proporcionar educação em período integral em pelo menos 50% das escolas públicas, visando atender 25% dos estudantes da educação básica (BRASIL, 2014). No entanto, a conceituação de educação integral não

deve ser confundida com a educação em tempo integral. Diante disso, é crucial compreender a distinção entre Educação em Tempo Integral e Educação Integral.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo discutir o conceito de Educação Integral, destacando seus aspectos e a sua distinção em relação à Educação em Tempo Integral. Nesse sentido, é analisado o papel dos Institutos Federais (IFs), especialmente o Instituto Federal de Brasília (IFB), na implementação da Educação Integral. Além disso, o estudo busca exemplificar esses conceitos por meio da análise de um Plano Pedagógico de Curso (PPC) e compreender a perspectiva dos elaboradores e elaboradoras do PPC em relação a esses conceitos.

Diante de tais objetivos, o artigo se divide em três seções: a primeira aborda o conceito de educação integral, a segunda destaca o papel dos Institutos Federais (IFs) na promoção dessa abordagem, e a terceira analisa o PPC do IFB, *Campus Brasília*, do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio (EMI-Eventos).

Em relação à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e abrange a realização de pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário aberto. O primeiro passo foi a pesquisa bibliográfica sobre a temática da educação em tempo integral, a educação integral/formação humana integral e o papel dos Institutos Federais, fundamentada nas obras de pesquisadores da área, como Arroyo (1998), Duarte (2016), Lima e Colares (2023), Pacheco (2010, 2015, 2020) e Marise Ramos (2014). Na sequência, realizamos uma pesquisa documental com a análise do Plano Pedagógico de Curso (PPC) do EMI-Eventos do IFB, *Campus Brasília*, obtido através do site institucional. Fizemos uma busca no documento pelos termos “formação humana integral”, “desenvolvimento integral” e “formação omnilateral”.

Por fim, encaminhamos um questionário aberto à ex-coordenadora e professora (Entrevistada, 2023) do EMI-Eventos do IFB, *Campus Brasília*. Para realizar essa etapa, empregamos um formulário online da plataforma gratuita *Google Forms*, o qual foi enviado por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas, direcionando as respostas para um dos e-mails das pesquisadoras. Algumas dessas respostas foram incorporadas a este estudo, no intuito de complementar o que está contido nos documentos formais, trazendo relatos que excedem o PPC, com experiências de quem participou desse processo de transição.

O EMI-Eventos foi selecionado para compor o objeto de estudo devido à sua destacada visibilidade nacional em 2022, evidenciada pelo fato de ter sido um dos quinze finalistas do Prêmio Led de Educação da Fundação Roberto Marinho. Esse prêmio reconhece e premia iniciativas educacionais inovadoras e de excelência, que contribuem para a formação de estudantes mais críticos, criativos e engajados. Nesse contexto, surge uma das indagações que orientará a pesquisa documental: no PPC do EMI-Eventos, existe uma preocupação explícita com a promoção de uma formação humana integral?

Educação Integral

Destacados pesquisadores brasileiros do século XX, como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, conduziram discussões significativas sobre a educação integral. Embora essas reflexões tenham tido início no século passado, o tema permanece atual e continua sendo objeto de debate (Barcelos; Moll, 2023).

Conforme ressaltado por Arroyo (1988), a Educação Integral transcende a mera extensão do tempo de permanência dos alunos na escola, enfatizando a importância de uma abordagem ampla e integrada, que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes, considerando suas necessidades e potencialidades em todas as dimensões. Quando falamos de escola em tempo integral, nos referimos a uma modalidade de ensino em que os alunos permanecem na escola por um período prolongado, que pode abranger desde o início da manhã até o final da tarde. No entanto, a educação em tempo integral geralmente enfatiza a extensão da carga horária das disciplinas convencionais, sem necessariamente incorporar atividades extracurriculares ou abordagens mais ampliadas de desenvolvimento pessoal.

De acordo com Newton Duarte (2016), a formação integral não pode ser confundida com a educação em tempo integral, pois a defesa da educação em tempo integral, muitas vezes, restringe-se à questão do tempo diário de permanência da criança na escola, sem incorporar uma proposta pedagógica que realmente se comprometa com a superação do caráter unilateral da formação e da vida humana na sociedade burguesa. Por outro lado, Lima e Colares (2023) advogam que a educação em tempo integral deve gerar oportunidades educativas.

As propostas de educação integral desenvolvidas pelas políticas educacionais implementadas no sistema educacional se apresentam como escola de tempo integral, e, assim, uma alternativa que amplia o tempo cronológico, horas de atendimento. Porém, à medida que oferta tempo a mais precisa pensar e organizar as atividades como oportunidade educativa. É importante que organize e planeje o que vai fazer, realizando redesenho curriculares (sic), pois precisa repensar o currículo dessa escola de tempo ampliado (Lima; Colares, 2023, p. 7).

Assim, a educação em tempo integral pode contribuir significativamente para a promoção da educação integral do aluno, pois “incorpora a ideia de uma oferta maior de oportunidades complementares de formação e enriquecimento curricular” (Gonçalves, 2006, p. 4), que vai além da simples transmissão de conhecimentos acadêmicos. Ao estender a jornada escolar, a educação em tempo integral proporciona mais tempo para atividades extracurriculares, esportivas, culturais e sociais, permitindo aos alunos o acesso a uma gama mais ampla de experiências educativas.

Com o tempo adicional na escola, os alunos têm a oportunidade de participar de uma variedade de atividades que promovem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e físicas essenciais para sua formação integral. Além da categoria tempo, Lima e Colares (2023) destacam como categoria fundantes da educação integral os espaços escolares/educativos. Os autores argumentam que:

Ao ampliar o tempo, é necessário mexer no espaço. Tempo e espaço não se dissociam. Só no tempo de quatro horas não é possível oferecer outras ofertas educativas, outras atividades formativas que potencializam outras aprendizagens (dança, música, artes). Essa organização desse tempo e desse espaço traz nova tessitura do desenho do currículo da escola (Lima; Colares, 2023, p. 8).

Além disso, a educação em tempo integral pode oferecer um espaço seguro e acolhedor para os alunos, possibilitando a construção de relacionamentos significativos com colegas e professores, o que é fundamental para o desenvolvimento social e emocional. Dessa forma, a jornada alongada torna-se um aspecto importante, ao utilizar a educação em tempo integral como um fator que visa contribuir para o alcance da educação integral, considerando o fortalecimento das relações sociais a serem desenvolvidas pelos educandos, que perpassa o tempo tradicional em sala de aula, como destacado a seguir:

Essas propostas de educação integral requerem que o educando permaneça na instituição para além do tempo de aula, que se alongue o tempo e, se possível, que o educando permaneça integralmente na instituição formadora, onde tudo seja educativo, o tempo e a forma de acordar, rezar, comer, estudar, caminhar, descansar, brincar, assear-se, dormir... Nessa instituição total o educando formará e conformará todos os seus sentidos, potencialidades, instintos e paixões, a conduta interior e exterior, o corpo e o espírito. Notemos que a força educativa não está tanto nas verdades transmitidas, mas nas relações sociais em que se produz o processo educativo. Não se amplia o tempo para poder ensinar e aprender mais e melhor, mas para poder experimentar relações e situações mais abrangentes: alimentar-se, assear-se, brincar, relacionar-se, trabalhar, produzir coletivamente na escola. Acredita-se na força educativa de experimentar, vivenciar uma ordem, uma organização social o mais total possível (Arroyo, 1988, p. 4).

Por este motivo, preconiza-se não apenas o aumento da carga horária escolar, mas a efetivação da estruturação de uma escola que se diferencie como de educação integral, “que preze pelo desenvolvimento das múltiplas dimensões do sujeito, mais especificamente pela compreensão da formação humana integral” (Varani *et al.*, 2019 p. 181). Nesta perspectiva, Moll *et al.* (2020) advogam que

quando falamos de Educação Integral, apontamos para uma formação humana nas diferentes dimensões do sujeito, sempre como um horizonte utópico para o qual caminhamos. Não dá para dizer que o currículo possa abarcar tudo, pois as possibilidades humanas são infinitas, e o currículo é sempre em recorte, mas pode-se falar na busca constante pelo desenvolvimento das diferentes dimensões humanas, tendo a ampliação do tempo como uma condição para a sua realização. Sabemos que o tempo das 4/horas diárias é insuficiente. Portanto, a ampliação do tempo é uma condição, mas não pode ser o marcador da Educação Integral, assim como a ampliação dos espaços... deseja-se uma escola para além dos espaços das salas de aula, na perspectiva de salas ambiente, de oficinas, de laboratórios, espaços de arte, hortas, jardins e espaços para além dos muros escolares... na articulação com espaços significativos para a vida em sociedade, como os Parlamentos, os teatros, as praças, os parques, os observatórios (Moll *et al.*, 2020, p. 2099).

Para efetivar a Educação Integral, é essencial considerar a ampliação do tempo e a criação de ambientes diversificados, refletindo um compromisso com uma formação mais completa e enriquecedora. No que diz respeito à formação humana, conforme argumenta Ramos (2014), é fundamental formar o cidadão de maneira plena, proporcionando compreensão das relações sociais, indo além da produtividade e preparando-os para atuar no mundo do trabalho ao explorar as potencialidades individuais.

Neste contexto, os Institutos Federais têm buscado, conforme pondera Pacheco (2015), a formação não apenas do profissional, mas principalmente do cidadão. Essa abordagem visa desenvolver a capacidade de compreensão do processo produtivo e o papel do indivíduo nele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir desse entendimento.

Os Institutos Federais e a Educação Integral

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) constituídos em 2008, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multiCampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (Brasil, 2008, art. 2º). Estes têm por missão uma “formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (Pacheco, 2010, p. 2), bem como a superação entre o saber técnico e científico, associando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Neste sentido, a concepção dos Institutos Federais (IFs) confirma que a “formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento” (Pacheco, 2010, p. 15).

A atuação dos Institutos Federais tem desempenhado um papel fundamental na implementação e fortalecimento da Educação Integral no Brasil. Para Pacheco (2020), educação integral é

princípio educativo básico e identidade fundante dos IFs. Supera a Educação tradicional que propõe educação geral de qualidade para as classes dominantes e formação profissional para os trabalhadores, separando teoria e prática, ciência e tecnologia, pensar e fazer. O Ensino Médio Integrado (EMEI) é a expressão curricular da Educação Integral, possibilitando uma formação que contemple todas as dimensões do ser humano, não fragmentando a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, articulando os currículos com as práticas sociais, superando a simples aquisição de habilidades instrumentais, sem a compreensão de seu papel no processo produtivo (Pacheco, 2020, p. 12).

Com sua abordagem pedagógica inovadora e seu compromisso com a formação integral dos estudantes, os Institutos Federais têm se destacado na promoção de uma educação que vai além da transmissão de conhecimentos acadêmicos, valorizando também o desenvolvimento de habilidades técnicas, socioemocionais e cidadãs. Conforme salientam Silva *et al.* (2017, p. 480):

Ao pautar a formação integral no trabalho, na produção de conhecimento, nas artes e, também, na cultura, os IFs assumiram a perspectiva de que essas quatro

esferas são indissociáveis e basilares. Elas contribuem para a constituição de um trabalhador apto a compreender as dinâmicas produtivas do trabalho no modo de produção vigente, sabendo diferenciá-las do trabalho como condição ontológica, que se manifesta em diferentes linguagens e que está na base de tudo o que é humano.

Desta forma, a formação integral do estudante não se restringe apenas para a preparação para o exercício do trabalho ou para a execução de tarefas, mas para “formar pessoas íntegras e críticas, que poderão também atuar como técnicas” (Silva *et al.*, 2017, p. 481).

No contexto do Ensino Médio, os Institutos Federais têm oferecido modalidades de ensino integrado, subsequente e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Ensino Médio Integrado possibilita aos estudantes a oportunidade de combinar a formação acadêmica com a formação técnica-profissional, preparando-os para o mundo do trabalho de forma mais completa e consistente.

Cabe ressaltar que estes cursos profissionais devem ser ofertados considerando um estudo local, em que são mapeadas as características de cada região, e identificado as carências de qualificação profissional, promovendo cursos de forma estratégica para melhor inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Por meio do Curso Técnico Subsequente, os Institutos Federais devem oferecer a oportunidade de continuidade dos estudos para aqueles que já concluíram o Ensino Médio, promovendo a formação integral de jovens e adultos, que têm a chance de aprimorar seus conhecimentos e competências técnicas, consolidando uma base sólida para o desenvolvimento de suas carreiras profissionais.

Além disso, a Educação de Jovens e Adultos nos Institutos Federais deve contribuir para a inclusão e a valorização de indivíduos que buscam retomar os estudos, oferecendo uma educação de qualidade, adaptada às necessidades específicas desse público, e proporcionando oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A atuação dos Institutos Federais na implementação da Educação Integral, por meio dessas modalidades de ensino, tem como objetivo contribuir para a promoção da equidade educacional, o fortalecimento da cidadania e a preparação dos estudantes para os desafios do mundo do trabalho. Através de uma perspectiva pedagógica diversificada e inclusiva, os Institutos Federais reafirmam seu compromisso em promover uma educação de qualidade, que valoriza a formação integral dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Pacheco (2020), ao listar alguns desafios para os Institutos Federais (IFs) alcançarem uma importante legitimidade junto à sociedade brasileira, destaca o seguinte desafio: aprofundar a compreensão do significado de Educação Integral, Ensino Médio Integrado, Formação Humana Integral (Omnilateral) e Politécnica. Esta compreensão ainda apresenta limitações o que leva a equívocos.

Nesse contexto, para maior recorte e análise de como tem sido viabilizada a formação humana integral nos Institutos Federais, mais especificamente no IFB, *Campus Brasília*, será feita uma análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) mais especificamente do Curso Técnico de Eventos Integrado ao Ensino Médio, EMI-Eventos. Além disso, alguns trechos na entrevista realizada com a antiga coordenadora de curso foram incorporados neste tópico. A área do curso foi escolhida tendo em vista que é um dos destaques no IFB, sendo oferecida tanto na modalidade integrada ao ensino médio, quanto na modalidade subsequente e também no nível superior como tecnólogo em nível de graduação, cada uma com uma carga horária e certificação específica.

Curso Técnico em Eventos integrado ao ensino médio: uma análise documental de como a formação humana integral pode ser implementada

Considerando-se a atuação e importância dos Institutos Federais, em especial a atuação do Instituto Federal de Brasília na promoção da educação integral, que possibilite formar o indivíduo em sua totalidade, este tópico apresentará uma breve descrição da elaboração do Plano Pedagógico do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio. Será realizada uma contextualização sobre como o curso está sendo planejado e implementado na atualidade, além de uma análise documental do Plano, com a pesquisa de termos relacionados à formação integral.

Nesse sentido, *Morais et al. (2021)* discorrem sobre os tensionamentos em torno da formação integral, que impactam sobretudo o Ensino Médio, por se tratar de uma etapa que antecede tanto a entrada no mercado de trabalho quanto o acesso ao Ensino Superior. Os autores acrescentam ainda que esse nível de ensino é permeado por questões relacionadas à posição social dos estudantes e às possibilidades de manutenção ou ascensão social. Esses desafios também se refletiram na elaboração do PPC para o EMI-Eventos, evidenciando a complexidade de estruturar um currículo que concilie a formação integral com as demandas educacionais e socioeconômicas.

A elaboração do PPC para o EMI-Eventos foi um processo mais complexo e desafiador do que os procedimentos habituais de elaboração de PPCs. Desta forma, a configuração da organização curricular do plano se deu em dois aspectos: “na organização por áreas, com docentes atuando em conjunto em sala de aula, e os projetos bimestrais, amarrados por avaliações obrigatoriamente integradas entre todos os componentes curriculares” (IFB, 2015). Pensando o PPC nessa conformação,

nessa proposta, os docentes formados em cada disciplina planejam e atuam em conjunto, buscando, por meio de uma base sólida, a diluição das fronteiras disciplinares e a formação integral dos educandos. Esse processo vem se demonstrando ao mesmo tempo bastante enriquecedor para a formação de docentes que busca superar suas limitações disciplinares, sem abrir mão da expertise de suas disciplinas (*Silva et al., 2017, p. 485*).

A elaboração do PPC do EMI-Eventos, em 2015, foi marcada por intensos debates entre docentes, discentes e colegiado. Nesse contexto, uma carta foi redigida por um professor e pela turma, destacando a frase “Ensino integrado, integrou tanto que sumiu”. Essa carta acusava o colegiado do curso de substituir o método tradicional por

abordagens consideradas vazias, alegando que estavam negando o direito à Educação às e aos estudantes do curso. Além disso, apontava que, no formato adotado, o curso poderia prejudicar a possibilidade de os estudantes ingressarem em uma universidade pública, especialmente devido à percepção de que não estavam se preparando adequadamente para o Enem (Silva *et al.*, 2017).

Nesta direção, observa-se como as contradições se refletem nos desafios concretos da implementação de uma proposta educacional progressista e emancipatória em um contexto institucional ainda fortemente influenciado por demandas pragmáticas e estruturais tradicionais. A resistência manifestada durante o processo de construção do PPC evidencia a tensão entre a proposta inovadora do curso e as expectativas de estudantes e professores, que temiam a perda de referências tradicionais.

Conforme Silva, *et al.*⁴ (2017), existia a nebulosa ideia de que a educação integral, que considera o ensino, a pesquisa e a extensão como princípios indissociáveis (como indicado no PDI do IFB e na proposta do curso de eventos), seria equiparada a uma educação tecnicista, focada no vestibular e no trabalho.

Em resposta à crescente onda de reclamações e demandas por repasse de conteúdo e controle disciplinar, o colegiado organizou reuniões que, naquele momento, foram consideradas produtivas, visando adotar algumas medidas de organização. Assim,

uma das reuniões provocadas por essa situação foi realizada com os responsáveis pelas estudantes, uma vez que muitos haviam demonstrado a intenção de retirar suas filhas da escola. Retomamos detalhadamente com os responsáveis a organização curricular do curso e, sobretudo, reafirmamos que, de fato, o curso não preparava para o Enem. Contudo fizemos isso demonstrando que a organização do curso se aproximava muito mais das exigências do Enem do que eles imaginavam e, embora o Enem não fosse uma de nossas preocupações, de forma alguma estávamos tirando o direito de os estudantes passarem neste exame (Silva *et al.*, 2017, p. 487).

Desta forma, tendo uma implementação, em 2016 marcada por muito diálogo, conflitos e tensões, o colegiado do curso EMI-Eventos continuou por inovar suas propostas pedagógicas. Conforme Eid e Watson (2023) enfatizam, “inovar aos poucos foi importante para que não déssemos um salto tão grande entre o PPC Original e o que hoje, em 2023, aprovamos no Curso: o PPC Inovador”. Tal inovação foi reconhecida nacionalmente:

Como resultado de visibilidade nacional, em 2022 o curso foi um dos quinze finalistas do Prêmio Led de Educação da Fundação Roberto Marinho, iniciativa que reconhece e premia projetos educacionais inovadores e de excelência, que contribuem para a formação de estudantes mais críticos, criativos e engajados (Eid; Watson, 2023).

⁴ A referência Silva *et al.* (2017) é composta por pesquisadores e professores do Instituto Federal de Brasília.

Nessa perspectiva, constata-se que a jornada até o PPC Inovador foi marcada por muitos desafios, como observa a entrevistada.

O primeiro PPC do curso EMI Eventos já buscava certa inovação ao propor a organização por áreas do conhecimento, e não disciplinas, e a proposta do trabalho integrado dos professores tanto das áreas quanto entre áreas. Mas os professores da área técnica de eventos questionaram porque a parte de eventos do curso também não poderia ser integrada e não por disciplinas. Foi aí que um grupo de professores do curso buscaram fazer uma formação no Curso Escolas em Transição e repensar a organização curricular e metodológica. A partir do estudo e reflexões trazidas no curso e entre professores no projeto de ensino que criamos, formatamos um PPC de transição entre o que tínhamos e o que realmente queríamos para não precisarmos dar um salto muito grande. Com certa resistência e desafios, conseguimos grandes resultados com os estudantes, desde maturidade, quanto aprendizado e aprovações em cursos superiores. E então voltamos nosso olhar para finalizar o PPC Inovador, aquele que realmente sonhávamos e que traz uma perspectiva focada de fato na aprendizagem e que foi aprovado para começar a rodar em 2023 (Entrevistada, 2023).

Esse PPC Inovador foi efetivamente implantado em 2023 no EMI-Eventos do IFB, *Campus Brasília*. Destinado a estudantes que concluíram o Ensino Fundamental, o curso tem como objetivo preparar os alunos para o mercado de eventos, atendendo às demandas locais e contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável. Embasado na legislação educacional, o curso busca a emancipação do estudante e sua preparação para o mundo do trabalho.

A justificativa para sua oferta é respaldada por dados do SEBRAE, evidenciando a importância do setor de eventos, que representa 13% do PIB. Em Brasília, um importante destino para eventos, a rápida permanência de turistas de negócios impulsiona a necessidade de profissionais qualificados. A pesquisa realizada junto a empresas do setor destaca a preferência pelo curso de Eventos do CNCT (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos). O IFB, reconhecendo a precarização no setor, oferece o curso desde 2016, almejando profissionalizar e valorizar o mercado de eventos na cidade, contribuindo para as necessidades do mundo do trabalho no Distrito Federal. A integração do curso ao Ensino Médio promove a articulação entre saberes, visando a formação integral do estudante (IFB, 2023, p. 17).

O referido curso, seguindo as informações constantes no PPC (2023), possui os seguintes objetivos:

Reconhecer as culturas locais, valorizando o sentimento de identidade da estudante e da comunidade, por meio do desenvolvimento do mercado em eventos como agente promotor da melhoria da qualidade de vida da juventude e demais habitantes da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF (RIDE). Promover relações de equilíbrio entre ser humano e meio ambiente por meio do ensino, visando a formar profissionais capazes de colaborar para o planejamento e desenvolvimento do setor de eventos sustentáveis e Lixo Zero, ou seja, que aproveitem ao máximo os resíduos recicláveis e orgânicos e reduzam o encaminhamento destes para os aterros sanitários. Contribuir para a valorização da cidadania, diminuindo o êxodo de jovens da RIDE, por meio da capacitação tecnológica e envolvimento da comunidade. Promover o

empreendedorismo, a capacitação técnica, a produção e a geração de renda por meio de ações de planejamento e fomento da atividade de eventos. Possibilitar à aluna oriunda de meio economicamente desfavorecido o acesso ao ensino de qualidade e o desenvolvimento de práticas empreendedoras no setor produtivo de eventos. Oferecer Ensino Médio de qualidade, socialmente referenciado, integrado ao ensino técnico. Consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos. Promover a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos de eventos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina. Promover a formação omnilateral das estudantes tendo o trabalho como princípio educativo e o currículo centrado nos eixos da cultura, artes, ciência e tecnologia. Assegurar tempos e espaços para que as estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais e interpessoais, de modo a valorizarem o conhecimento, confiarem em sua capacidade de aprender, e identificarem e utilizarem estratégias mais eficientes em seu aprendizado. Promover a aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nas estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares. Estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação (IFB, 2023, p. 19).

Tais objetivos propostos pelo curso, observam de forma pertinente a valorização da cultura, a promoção da cidadania, o saber teórico de forma aprofundada associado com a prática e a formação integral do estudante. Para subsidiar o cumprimento desses objetivos, é necessária uma base curricular consistente e contextualizada com uma formação integral.

A estrutura curricular do EMI-Eventos foi concebida para fomentar o trabalho interdisciplinar e a organização dinâmica dos processos de ensino-aprendizagem de maneira integrada. Os princípios fundamentais, conforme a Resolução nº 1/2021-CNE/CP, incluem a busca pela formação integral do indivíduo, a aprendizagem orientada pela pesquisa, o respeito aos interesses e ritmo individuais na construção de roteiros de aprendizagem, além do emprego de estratégias educacionais que fomentem a interdisciplinaridade, como explicitam os incisos VII e XV do artigo 3º:

VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes; (...) XV - autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos (IFB, 2023, p. 24).

Desse modo, a organização curricular, direcionada para a formação integral das estudantes em todas as suas dimensões (cognitiva, afetivo-social, físico-motora, cultural, psicológica) tem por objetivos:

Desenvolver a formação no exercício da cidadania. Fornecer aos estudantes meios para progredir em estudos posteriores. Atender às demandas do mundo do trabalho e da sociedade. Propiciar as aptidões individuais, profissionais e

específicas da habilitação Técnica e do Ensino Médio. Proporcionar a integração curricular por meio do trabalho com áreas do conhecimento que dialogam e se articulam a partir da abordagem de metodologia de trabalho por projetos, que devem guiar o desenvolvimento dos conteúdos mínimos exigidos para cada área. Conciliar as demandas identificadas com a vocação, a capacidade institucional e os objetivos do *Campus* Brasília e do Instituto Federal de Brasília (IFB, 2023, p. 25).

O EMI-Eventos adota uma organização que contempla tanto áreas de conhecimento quanto componentes curriculares interdisciplinares. Essa abordagem está alinhada com a proposta inicial do curso, estabelecida no primeiro PPC em 2017. Esse processo foi desenvolvido de maneira colaborativa, levando em consideração as identidades sociais historicamente construídas em cada domínio do saber (IFB, 2023, p. 46).

As áreas do conhecimento que fundamentam o curso incluem Ciências da Natureza e suas tecnologias (CNT), Matemática e suas tecnologias (MAT), Ciências Humanas e Sociais aplicadas (HUM), Linguagens e suas tecnologias (LIN), Língua Portuguesa e suas literaturas (PORT), Oficinas de Línguas Estrangeiras (OF-LE) e Conhecimentos da Área Técnica (AT). Além das áreas do conhecimento, o EMI-Eventos se estrutura por meio dos componentes curriculares, como Base de Autonomia e Emancipação (BASE), Projetos Integrados (PI), Oficinas da Área Técnica (OF-TEC) e as Oficinas Livres do Ensino Médio (OF-LEM) (IFB, 2023, p. 47).

O roteiro de estudos personalizado é desenvolvido integrando cinco áreas de conhecimento que abrangem os saberes, competências e habilidades do Ensino Médio regular (Ciências da Natureza e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Linguagens e suas tecnologias e Língua Portuguesa e suas Literaturas), incluindo os objetivos de aprendizagem da Área Técnica de Eventos.

Essa integração é facilitada por meio da aprendizagem baseada em projetos e pesquisa, com o suporte do componente curricular denominado "Base para Autonomia e Emancipação (BASE)". A BASE engloba objetivos de aprendizagem atitudinais e procedimentais/socioemocionais, desempenhando um papel fundamental na estruturação da prática pedagógica do curso. Por meio da BASE, os estudantes desenvolvem habilidades como pesquisa, trabalho em equipe, resolução de conflitos, elaboração e execução de projetos individuais e coletivos. Funcionando como o fio condutor do curso, a BASE orienta os educandos no processo de autoconhecimento e na construção de vínculos necessários à sua aprendizagem.

Conforme consta no PPC do EMI-Eventos do IFB, *Campus* Brasília, cada professor da BASE é responsável por um grupo de 8 a 15 aprendizes, conduzindo encontros presenciais de três horas por semana, além de uma hora em formato EaD, orientações e momentos individuais ao longo da semana. Durante esses encontros semanais, os educandos compartilham o que aprenderam e planejam suas atividades para a semana seguinte. A BASE é o ponto de partida para o roteiro individual e o cronograma semanal de estudos das estudantes, proporcionando o desenvolvimento da habilidade de

gerenciamento de tempo e espaço, adaptado ao ritmo e interesses individuais de cada aprendiz.

Nesse sentido, o EMI-Eventos é organizado em um período de três anos, totalizando 3.120 horas, das quais 2.320 horas são dedicadas aos conteúdos do Ensino Médio regular, e 800 horas são direcionadas à área técnica de eventos.

Dentro da carga horária destinada aos conteúdos do Ensino Médio regular, 480 horas são alocadas para a Base de Autonomia e Emancipação (BASE), um componente curricular dedicado a fortalecer a capacidade de cada estudante em interpretar e compreender o mundo em suas dimensões laborais, artísticas, científicas e tecnológicas. A pesquisa é assumida como princípio educativo, e o método pedagógico de trabalho por projeto é centralmente estruturado pelo componente BASE de Autonomia e Emancipação ao longo de todo o curso (IFB, 2023).

Sobre a BASE, ao ser provocada se essa componente seria um fator diferencial na promoção de uma educação/formação integral do educando, a ex-coordenadora e professora do curso entrevistada esclarece,

a Base com certeza é um diferencial. É na Base que os estudantes criam um vínculo mais forte com o professor que escolheu e com seu grupo. É na Base que cada estudante vai ser acompanhado de perto, seu desenvolvimento, aprendizagens, dificuldades. O professor da Base é aquele que conhece mais de perto cada estudante do seu grupo e o ajuda a desenvolver objetivos relacionados às atitudes necessárias para que ele construa uma boa trajetória dentro do curso (Entrevistada, 2023).

Dentro desse contexto, espera-se que o egresso, conforme listado no PPC, demonstre competência técnica e tecnológica em sua área de atuação, seja capaz de integrar-se ao mundo do trabalho comprometido com o desenvolvimento regional sustentável, e atue como cidadão crítico, propositivo e dinâmico na busca contínua por novos conhecimentos (IFB, 2023, p. 21).

Na busca por uma formação humana integral, torna-se fundamental examinar como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se orienta em relação a esse conceito. Desta forma, ao realizar uma pesquisa por termos como "educação integral", "formação humana integral", "formação omnilateral" e "desenvolvimento integral" nos textos do documento em análise, observamos que não há nenhuma ocorrência para "educação integral". No entanto, identificamos uma menção ao termo "formação omnilateral"⁵, uma para "desenvolvimento integral" e diversas referências à "formação humana integral". A escolha dos termos ocorreu porque os conceitos têm em comum o objetivo de proporcionar uma formação mais completa ao educando.

⁵ O termo formação omnilateral foi utilizado neste estudo, pois segundo Paolo Nosella o termo identifica-se no mesmo ideal de escola democrática, formativa e integral. Para um maior aprofundamento recomenda-se os escritos de Mario Alighiero Manacorda, com destaque para o livro Karl Marx e a liberdade (Editora Alínea, 2012, capítulo "Marx e a formação do homem").

Esta sucinta análise indica que o plano de curso em questão está direcionado para a formação dos indivíduos com o propósito de promover sua autonomia e formação completa. Para reforçar essa interpretação, ao iniciar a análise do texto do PPC, especialmente na seção de Base epistemológica e princípio pedagógico, destacamos os seguintes trechos relacionados à proposta do *Campus* em análise:

A necessidade de pensar e de fazer diferente vem da busca de um formato de curso que de fato possibilite o respeito às individualidades e a formação do ser integral. Para uma mudança que traga resultados melhores e diferentes dos que temos hoje no que diz respeito ao impacto da educação na solução de problemas enfrentados pela sociedade como um todo, é preciso pensar e realizar uma mudança estrutural [...]”. Apesar de sabermos que é humanamente impossível promover uma formação integral a partir de uma sala de aula com trinta alunos, dentro de uma lógica vertical de transmissão de conteúdos apenas, há muita resistência às mudanças a esse modelo que vigora. É difícil começar as mudanças, o sistema opera para manter o status quo, a dificuldade em sair da zona de conforto da aula convencional e do planejamento que priorize a segurança e conforto do docente e não o desenvolvimento integral das estudantes é tão grande, que a maioria desiste (IFB, 2023, p. 12).

Os trechos abordam os desafios presentes na estrutura escolar atual em busca de uma formação integral. E, conforme argumenta Moura (2013), ainda que não se possa concretizar a politecnicidade e a escola unitária em seus sentidos amplos, é possível aproveitar-se das contradições do sistema capital para “plantar e cuidar para que cresçam as sementes da formação humana integral” (Moura, 2013, p. 713).

Na justificativa do PPC, além de ressaltar a contextualização do curso Técnico EMI-Eventos em resposta a demandas específicas da comunidade, destaca-se também a importância da integração entre diferentes aspectos da formação dos estudantes, “a oferta na forma integrada ao Ensino Médio possibilita a articulação entre os diferentes saberes, permitindo que a aluna tenha a integração não apenas entre disciplinas, mas também a integração da sua formação humana com a profissional (IFB, 2023, p. 19)

Nesse contexto, o enfoque na articulação dos saberes e na integração da formação humana com a profissional reflete a concepção de educação integrada defendida por Ramos (2014, p. 87) ao afirmar que “a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho”.

No rol de objetivos do curso técnico, a formação integral está explícita, como vemos no trecho a seguir: “Promover a formação omnilateral das estudantes tendo o trabalho como princípio educativo e o currículo centrado nos eixos da cultura, artes, ciência e tecnologia” (IFB, 2023, p. 20). Desta forma, visando à formação omnilateral dos sujeitos, é fundamental a concepção de formação humana, pautada na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo (Moura, 2013).

Ao abordar o perfil dos egressos, o plano de curso enfatiza uma competência que prioriza a formação de profissionais que “tenham formação humanística integrada à formação técnica, tecnológica e científica” (IFB, 2023, p. 22). A origem histórica do termo formação integrada remonta à educação socialista, visando ser omnilateral no sentido de

formar o ser humano em sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica. Essa aspiração remonta ao grande sonho de uma formação completa para todos, conforme desejavam os utopistas do Renascimento, Comenius com sua visão de regeneração social e, sobretudo, os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX (Ciavatta, 2005). Em consonância com a autora, a organização curricular do plano de curso foi delineada de acordo com esses princípios de formação. Sendo assim,

a organização curricular, focada na formação integral das estudantes em todas as suas dimensões (cognitiva, afetivo-social, físico-motora, cultural, psicológica) tem por objetivos: Desenvolver a formação no exercício da cidadania; Fornecer às estudantes meios para progredir em estudos posteriores; Atender às demandas do mundo do trabalho e da sociedade; Propiciar as aptidões individuais, profissionais e específicas da habilitação Técnica e do Ensino Médio; Proporcionar a integração curricular por meio do trabalho com áreas do conhecimento que dialogam e se articulam a partir da abordagem de metodologia de trabalho por projetos, que devem guiar o desenvolvimento dos conteúdos mínimos exigidos para cada área; Conciliar as demandas identificadas com a vocação, a capacidade institucional e os objetivos do *Campus Brasília* e do Instituto Federal de Brasília (IFB, 2023, p. 25).

A perspectiva de formação integral é evidenciada ainda no subtópico denominado Estrutura Curricular: “A escolha pelos ciclos em vez da seriação é uma decisão ética, política e pedagógica a serviço de um projeto educativo mais justo, mais democrático, inclusivo e comprometido com a formação plena e integral das juventudes” (IFB, 2023, p. 34). E ainda acrescenta que “é importante ressaltar que o processo de formação humana é dinâmico e não linear, por isso os ciclos se misturam e se relacionam, se articulam e integram, pois não são estáticos” (IFB, 2023, p. 35).

Sem destoar de todo o PPC, as avaliações buscam avaliar integralmente os estudantes e o conselho de classe realiza o mesmo tipo de avaliação, além de “propor e refletir acerca das práticas e meios pedagógicos e sociais que contribuam para a efetivação da aprendizagem” (IFB, 2023, p. 67).

Assim, ao analisar os PPC do EMI-Eventos, evidencia-se a preocupação com a formação humana integral e uma proposta de formação que englobe “todas as dimensões do ser humano, não fragmentando a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, articulando os currículos com as práticas sociais, superando a simples aquisição de habilidades instrumentais, sem a compreensão de seu papel no processo produtivo”, conforme pontua Pacheco (2020, p. 16).

A estrutura curricular do EMI-Eventos, conforme estabelecido no PPC, tem como objetivo “a formação integral do ser, o aprender pela pesquisa, o respeito ao interesse e ritmo na construção de roteiros individuais de aprendizagem e o uso de estratégias educacionais que promovam a interdisciplinaridade (IFB, 2023, p. 24).

Em síntese, o EMI-Eventos demonstra por meio de seu PPC um compromisso sólido com uma proposta educacional abrangente, integrando todas as dimensões do ser humano no processo educativo, sinalizando um caminho promissor para a formação de cidadãos críticos, criativos e plenamente capacitados para os desafios do século XXI. Essa

análise pode ser complementada pela fala da ex-coordenadora e professora do curso, ao ser questionada sobre como ela percebe a saída desses alunos do EMI-Eventos. A professora responde que os vê "maduros, engajados, comunicativos e com muitas aprendizagens que vão além dos conteúdos do ensino médio ou de eventos" (Entrevistada, 2023).

Considerações Finais

Considerando a abordagem conceitual apresentada neste artigo e a atuação dos Institutos Federais, em especial o Instituto Federal de Brasília, objeto de estudo deste trabalho, foi observado de que maneira o IFB *Campus* Brasília, traz em seu documento institucional a concepção de formação humana integral e a inserção do educando no mundo do trabalho. Essa articulação se dá no plano formal por meio do PPC do EMI-Eventos, que observa as demandas locais e regionais, associando os saberes técnicos necessários para ingresso no mundo do trabalho à formação humana integral, permitindo ao educando compreender as relações sociais em que está inserido. Além disso, a entrevista realizada com uma participante que esteve envolvida nesse processo proporcionou um relato valioso sobre a transição e reformulação do EMI-Eventos, reforçando as evidências apresentadas nos documentos institucionais e demonstrando o comprometimento do IFB com a transformação social por meio da formação humana integral.

A partir da análise do PPC e dos documentos que compõem a estrutura curricular e pedagógica do Curso Técnico EMI-Eventos, emerge uma contradição fundamental: enquanto a proposta pedagógica busca uma formação omnilateral, há pressões para a formação técnica voltada ao mercado de trabalho. Essa tensão reflete o embate histórico entre educação emancipadora e demandas economicistas que priorizam a empregabilidade imediata, o que pode fragmentar a visão do estudante sobre sua própria trajetória de aprendizagem e desenvolvimento. No caso do EMI-Eventos, essa dicotomia se manifestou através da resistência de docentes e discentes à mudança curricular. Como evidenciado no processo de reformulação do PPC, houve receios de que o ensino integrado compromettesse a preparação para o Enem e a entrada no ensino superior. Esse temor ilustra um desafio maior: a dificuldade de romper com um modelo tradicional fragmentado e a necessidade de sensibilizar a escolar sobre os benefícios da interdisciplinaridade. Essa percepção revela a importância de um trabalho constante de conscientização e formação docente, para que os professores se apropriem da proposta pedagógica e consigam articulá-la de forma eficaz dentro das suas práticas educacionais, minimizando inseguranças e resistências.

Outro aspecto de tensão se refere à gestão do tempo escolar. Embora a Educação Integral não dependa exclusivamente de uma carga horária ampliada, a estruturação das atividades deve permitir a articulação entre teoria e prática. O modelo de ensino baseado em projetos e a "Base para Autonomia e Emancipação" são mecanismos que podem minimizar essa tensão ao possibilitar uma aprendizagem mais contextualizada. No

entanto, a adoção dessas metodologias exige um planejamento frequente e uma mudança de paradigma, tanto para os educadores quanto para os discentes, que muitas vezes estão acostumados a um ensino conteudista e compartimentalizado, gerando desafios para a implementação concreta do modelo interdisciplinar.

Para os estudantes, a percepção da formação integral pode não ser sempre positiva, pois muitos enxergam a inserção no mercado de trabalho como uma prioridade e, por vezes, sentem que a abordagem interdisciplinar pode afastá-los da preparação direta para as exigências profissionais e acadêmicas tradicionais. Há ainda uma resistência à flexibilização curricular quando esta parece desorganizar a trajetória linear de ensino à qual estavam acostumados. Assim, a eficácia do modelo de Educação Integral depende não apenas de sua implementação técnica, mas também de um esforço contínuo de diálogo e construção coletiva, possibilitando que os estudantes compreendam os benefícios dessa proposta para seu desenvolvimento pessoal e profissional a longo prazo.

Do ponto de vista dos docentes, uma das principais dificuldades está na adaptação das práticas pedagógicas para um modelo que exige maior integração entre disciplinas, planejamento colaborativo e metodologias mais dinâmicas. A carga de trabalho para reestruturar materiais e desenvolver abordagens interdisciplinares é elevada, especialmente quando não há apoio institucional suficiente para formação continuada e reorganização do tempo docente. Além disso, muitos professores foram formados dentro de um paradigma tradicional de ensino compartimentalizado e enfrentam desafios na internalização da concepção de educação integral, demandando processos formativos contínuos que os auxiliem nessa transição (Augusto; Caldeira, 2007). Nas vivências compartilhadas pela entrevistada, destacou-se a busca por seguir fielmente as diretrizes estabelecidas no PPC. No entanto, ela ressalta a necessidade de ampliar os espaços de aprendizagem coletiva com o uso de computadores na escola, fortalecer o engajamento docente, garantir recursos para a implementação do sistema de gestão do curso e promover momentos de reflexão e paciência para enfrentar os desafios previstos na introdução de práticas inovadoras.

Sobre a Educação Integral, ressaltamos que ela não deve ser confundida com a educação em tempo integral, embora o fator tempo seja fundamental para efetivar uma formação humana integral, conforme argumentam Arroyo (1998, 2001), Lima; Colares (2023) e Barcelos; Moll (2023). A educação em tempo integral expande as possibilidades do trabalho escolar, mas não é determinante para a implementação da formação humana integral. Um exemplo concreto é o EMI-Eventos do IFB, *Campus Brasília*, que, embora não seja em tempo integral, demonstra, conforme o PPC, um comprometimento com a formação humana integral dos estudantes.

O caso do EMI-Eventos do IFB ilustra como a Educação Integral pode ser um caminho viável para a formação omnilateral dos estudantes. No entanto, as tensões identificadas revelam que a transição para um modelo educacional mais emancipador requer estratégias de mediação de conflitos e adequação às realidades institucionais. Um dos principais desafios continua sendo a resistência à mudança, que precisa ser enfrentada por meio de ações formativas e do envolvimento ativo de todos os agentes

educacionais, assegurando que a inovação curricular não se torne um obstáculo à aprendizagem.

A necessidade de garantir uma formação cidadã e crítica dos estudantes deve ser equilibrada com a exigência por formação técnica de qualidade. Para isso, é imprescindível um compromisso institucional sólido e políticas públicas que sustentem a Educação Integral como uma proposta verdadeiramente transformadora. Mais do que um desafio, a Educação Integral deve ser vista como uma oportunidade de ressignificar o papel da escola na sociedade, promovendo um ensino que não apenas prepare para o mundo de trabalho, mas que forme indivíduos capazes de pensar criticamente, atuar com autonomia e contribuir para a transformação social.

Reconhecemos que nossa investigação apresenta limitações no que diz respeito à ausência de estudos sobre outras experiências de Educação Média Integrada (EMI) além do EMI-Eventos analisado. No entanto, ressaltamos que, apesar dessas limitações, o estudo contribui para o debate sobre as possibilidades de uma formação humana integral nos Institutos Federais, mesmo diante da predominância de uma lógica neoliberal que influencia as políticas educacionais e os currículos.

Observamos que, dentro dessas instituições, há movimentos e práticas que resistem a essa lógica e buscam promover uma educação voltada à emancipação e à formação crítica dos estudantes. Por fim, sugerimos que pesquisas futuras ampliem essa discussão, explorando outras experiências de EMI com o objetivo de evidenciar os desafios e as potencialidades dessa proposta educativa em diferentes cursos e contextos.

Referências

- ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã, Educação integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/f8d14c43-6eb4-4c0e-8bbe-b4e504111b7d/content>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 65, 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1191>. Acesso em 15 nov. 2023.
- AUGUSTO, Thaís Gimenez da Silva; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. Dificuldades para a implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de Ciências da Natureza. **Investigações em Ensino de Ciências**, [S. l.], v. 12, n. 1, 139-154, 2007. Disponível em <<https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/481>>. Acesso em 16 mar 2025.
- BARCELOS, Renata Gerhardt de; MOLL, Jaqueline. Educação Integral e Democracia: contextos, referências e conceitos em um campo em disputas. **Revista da**

FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, [S. l.], v. 32, n. 70, p. 17–31, 2023.

Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/16305>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília. 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 24 jan. 2025.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa.; HORA, Dayse Martins. Educação integral, tempo integral e currículo. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], n. 27, 2013. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/202>. Acesso em: 11 nov. 2023.

DUARTE, Newton. Educação Escolar e formação humana na perspectiva da pedagogia Histórico-crítica. In: LOMBARDI, José Claudinei. (org.) **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG : Navegando Publicações, 2016. Disponível em: [https://irsas.cascavel.pr.gov.br/arquivos/29062017 crise capitalista e educacao brasileira.pdf](https://irsas.cascavel.pr.gov.br/arquivos/29062017%20crise%20capitalista%20e%20educacao%20brasileira.pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.

EID, Jordana Pacheco; WATSON, Alice. Ensino médio integrado em eventos: o êxito das componentes não seriadas. In: INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (org.) **Relatos de Experiências Integradoras Exitosas**. Brasília: Editora IFB, 2023. Disponível em: <https://editora.ifb.edu.br/documents/113/183-120-PB.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ENTREVISTADA. **Entrevista: Análise do PPC Eventos e a Educação Integral no IFB**. Entrevista concedida a Carolina Tavares e Dianne M. B. da Silva. Brasília, 17 nov. 2023. [Entrevista por formulário eletrônico].

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre a educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec**. [S. l.], v.1, n. 2, p. 129 - 135. 2006. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/136>. Acesso em 20 nov. 2023.

HAMMES, Lúcio Jorge; ZITKOSKI, Jaime José; BAMBASSARO, Luiz Carlos. Desafios interdisciplinares na formação docente: questões teóricas e práticas. **Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB**, [S. l.], v. 22, n. 45, p. 59-77, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v22i45.976>>. Acesso em 16 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Plano de curso técnico em eventos integrado ao ensino médio**. Brasília: IFB, 2023. 182 p. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/33357/Plano%20de%20Curso%20T%C3%A9cnico%20em%20Eventos%20Integrado%20ao%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Resolução N.º 021/2015/CS-IFB**. Aprova o plano de curso do curso técnico em eventos integrado ao Ensino Médio e autoriza seu funcionamento. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/8689/Resolu%C3%A7%C3%A3o_021_Autoriza%20funcionamento%20curso%20t%C3%A9cnico%20em%20eventos%20integrado%20ao.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

LIMA, Glaucilene Sebastiana Nogueira; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Pedagogia histórico-crítica e educação integral: reflexões sobre a formação humana emancipatória. **Acta Educ.**, Maringá, v. 45, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012023000100106&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 nov. 2023.

MOLL, Jaqueline *et al.* Escola pública brasileira e educação integral: desafios e possibilidades. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 2095-2111, out. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762020000402095&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2024.

MORAIS, Raquel Pereira de; COLAÇO, Soraia; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; GOMES, Valdemarin Coelho. A formação integral no Ensino Médio (des)integrado no Brasil: a indissociável relação entre trabalho e educação. **Trabalho & Educação**, v. 30, n. 1, p. 117-129, jan./abr. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHlqdxYTnwWvnGfdkztG/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 121-142, jan.-mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QcVnGf8d3CKnYspwdWMX97H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal, IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.] v. 4, n° 1, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 24 jan. 2025

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal. IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Político-Pedagógico%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jan. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SILVA, D. A. *et al.* Reflexões sobre a implantação do curso técnico em eventos integrado ao ensino médio no IFB. In: ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_no_Brasil_-_Fundamentos_Pr%C3%A1ticas_e_Desafios.pdf. Acesso em: 26 jan. 2025.

VARANI, Adriana; CAMPOS, Maria Cristina; ROSSIN, Elizabeth. A formação humana integra a educação integral? O que as práticas pedagógicas têm a dos dizer. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 39, n. 108, p. 177-192, maio-ago., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jJDVLwBtf5NqqK3ghXM5cfF/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 nov. 2023.